



IMGA RETORNO GLOBAL

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

RELATÓRIO E CONTAS
2021

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	4
PRINCIPAIS EVENTOS	7
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	9
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	10
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE.....	12
ERROS DE VALORIZAÇÃO	13
EVENTOS SUBSEQUENTES	13
OUTRAS INFORMAÇÕES	13
NOTAS INFORMATIVAS.....	14
BALANÇO.....	18
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	21
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS.....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	35

Relatório de Gestão

NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo foi constituído em 24 de julho de 2007 como Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários, sob a denominação de Millennium Extra Tesouraria II.

Em 21 de outubro de 2013, efetuou-se a fusão por incorporação do Fundo de investimento mobiliário Millennium Extra Tesouraria no fundo Millennium Extra Tesouraria II.

Em 16 de novembro de 2015 alterou a sua denominação para IMGA Extra Tesouraria II, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A 9 de dezembro de 2015, a CMVM autorizou a transformação do Fundo em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo a sua denominação sido alterada para IMGA Prestige Global Bond.

Em 18 de junho de 2019, alterou a sua denominação para IMGA Retorno Global.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, não tendo sido ainda constituída.

A 25 de janeiro de 2022 o Fundo viu alterada a sua política de investimento e a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O desempenho dos mercados financeiros foi amplamente favorável em 2021, particularmente para as classes de ativos com maior risco, em oposição aos segmentos mais defensivos do rendimento fixo. Este comportamento esteve alicerçado num ciclo de crescimento económico que se mostrou mais forte do que o esperado, na incorporação de perspetivas macroeconómicas incrementalmente positivas com base no sucesso do processo de vacinação, na reabertura das economias e finalmente nas políticas monetária e orçamental expansionistas, embora tenham sido dados os primeiros passos no sentido de alguma reversão dos estímulos implementados ao longo da crise pandémica, principalmente nas economias emergentes.

Embora não tenha sido o ano da extinção da pandemia, e não obstante a identificação de novas variantes mais infecciosas que reduziram a eficácia de base das vacinas, a perspetiva *forward looking* dos investidores permaneceu construtiva, com base no pressuposto de sucesso no controlo da pandemia, da reabertura definitiva das economias e respetiva retoma da atividade dos setores mais afetados.

A solidez dos fundamentais, decorrente do ambiente macroeconómico positivo, teve um papel determinante para as valorizações verificadas nas classes de maior risco. Mais especificamente, o crescimento dos resultados empresariais, os *upgrades* de *rating* ocorridos, os custos de financiamento baixos e as taxas de incumprimento historicamente diminutas contribuíram para os ganhos observados na classe acionista e nos segmentos de rendimento fixo de menor qualidade creditícia.

Apesar das políticas monetárias amplamente expansionistas, refletidas na expansão de 21% do balanço agregado da Fed, do BCE e do Banco Central de Inglaterra e na manutenção das respetivas taxas diretoras próximas de zero, a trajetória das taxas de juro governamentais em 2021 foi ascendente. Com efeito, embora as taxas de juro reais tenham permanecido próximas de mínimos históricos, a subida das expectativas inflacionistas decorrente da forte aceleração da inflação à escala global explicou integralmente a subida das taxas de juro nominais, quer nos EUA, quer na Alemanha.

As *yields* dos *treasuries* subiram de forma expressiva logo no primeiro trimestre do ano, um movimento inicialmente liderado pela subida das taxas de juro reais, que regressariam em julho a mínimos históricos. Já as expectativas inflacionistas apresentaram uma subida mais progressiva mas contínua, principalmente entre fevereiro e maio e posteriormente entre outubro e novembro, em que atingiram o patamar mais elevado desde março de 2005. A variação anual da taxa de juro com maturidade a 10 anos foi de 0,6 pontos percentuais (pp) para 1,51%, uma subida equivalente à do prazo a 2 anos, mas inferior ao acréscimo da maturidade intermédia (prazo a 5 anos subiu 0,9 pp).

No mercado de dívida soberana europeia, a taxa de juro alemã subiu 0,39 pp no ano, para um nível absoluto de -0,18%. Também neste caso as taxas reais caíram no cômputo anual e encerraram próximas de mínimos históricos, sendo a subida das taxas nominais justificada pelo acréscimo de expectativas inflacionistas. A subida mais diminuta face às *treasuries* refletiu o diferencial de inflação entre os dois blocos e as expectativas mais construtivas para o crescimento salarial na economia norte-americana.

Ainda no âmbito das taxas de juro governamentais europeias, após estreitamentos expressivos dos *spreads* da periferia europeia face à Alemanha em 2020, a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs provou-se penalizadora para as estratégias de *carry* e terá contribuído para alargamentos, ainda que pouco expressivos, dos diferenciais de taxa de juro. O *spread* de Portugal alargou 0,04 pp, Espanha +0,13 pp, o de Itália alargou

0,24 pp e o da Grécia +0,32 pp. Como esperado, as subidas das taxas de juro originaram rendibilidades negativas do segmento de dívida soberana.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia. Efetivamente, na ausência de estreitamentos de *spread*, foram inevitáveis as rendibilidades negativas na dívida privada com *rating* de investimento, quer na Europa, quer nos EUA.

Os segmentos dotados de maior risco de crédito entregaram rendibilidades positivas em 2021. A combinação de taxas de incumprimento reduzidas, de revisões em alta de *ratings* e os fundamentais sólidos contribuíram decisivamente para estreitamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram mínimos de 2019. Por outro lado, a menor sensibilidade a flutuações de taxa de juro das respetivas obrigações (ou índices) significou uma menor penalização das respetivas rendibilidades, comparativamente ao *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado valorizações superiores a 5% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve pressionado ao longo do ano, no seguimento do maior atraso do respetivo processo de vacinação, da reabertura das economias e as subidas de taxas diretoras pelos respetivos bancos centrais, o que significou um acréscimo da incerteza macroeconómica e um alargamento de *spreads*. A política económica mais restritiva e o enquadramento regulamentar adverso da China contribuíram igualmente para o acréscimo de volatilidade do universo. Nota ainda para a elevada sensibilidade às taxas de juro do universo, o que contribuiu igualmente para a rendibilidade negativa verificada em 2021. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spread* e rendibilidades negativas no ano.

O desempenho dos índices acionistas beneficiou dos já referidos fundamentais sólidos do setor empresarial e em particular de um crescimento dos resultados financeiros mais significativo do que o esperado. O ambiente de forte crescimento económico, de taxas de juro baixas e o suporte dos bancos centrais contribuíram decisivamente para as valorizações da classe, pese embora a correção dos múltiplos (após a expansão expressiva ocorrida em 2020 na generalidade das geografias).

Os ganhos em 2021 foram ainda assim bastante diferenciados, o que é perceptível pela valorização de 31,1% da praça acionista francesa, contra uma apreciação de apenas 10,3% do índice acionista de referência espanhol. O índice da MSCI para a Europa proporcionou uma valorização de 25% no ano, somando, desta forma, o terceiro ano consecutivo de ganhos. Os estilos de *value*, *quality* e *growth* estiveram em evidência pela positiva.

Entre as principais praças acionistas dos EUA, destaque para os ganhos de 28,5% do S&P500, acumulando igualmente o terceiro ano de valorização. Os setores relacionados com o fator *growth* estiveram em destaque, embora os categorizados como *value* tenham igualmente registado valorizações expressivas no ano. Os sub-índices de banca, tecnologia e de construção estiveram em destaque, com valorizações acima de 30%.

Em termos agregados o índice MSCI World valorizou 22,3% (em dólares). Destaque negativo para as perdas originárias dos mercados emergentes, entre os quais para a desvalorização próxima de 22% do índice MSCI China e superior a 28% do índice acionista da Turquia, contrastantes com valorizações superiores a 50% das praças da República Checa e dos Emiratos Árabes Unidos.

Os índices de menor capitalização bolsista registaram ganhos em média inferior aos de maior capitalização.

O melhor desempenho económico dos EUA, as expectativas de atuação mais proeminente da Fed e a consequente subida de taxas de juro mais pronunciada comparativamente à Europa esteve na origem da depreciação de 7,1% da moeda única europeia contra o dólar dos EUA, não obstante o ambiente *risk-on* prevalecente ao longo do ano. O euro perdeu ainda aproximadamente 6% contra a libra inglesa, igualmente penalizado pela maior proatividade do respetivo banco central, que terminou o seu programa de compras e subiu taxas diretoras em 2021. Entre as suas principais contrapartes, nota ainda para a depreciação de 4% contra o franco suíço e para os ganhos próximos de 4% face ao lene.

As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 9% contra o dólar norte-americano.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo, tendo o índice de referência para a classe registado uma valorização de 30,3%. Não obstante a trajetória ascendente do dólar, os ganhos foram expressivos e praticamente generalizados. Os bens agrícolas, os metais industriais e o segmento energético estiveram em destaque pela positiva, em particular a cotação do café (+66%), da madeira (+59%) e do crude (+54%). Estas variações contrastaram com perdas dos metais preciosos, decorrentes do ambiente *risk-on* e da correlação negativa com as taxas de juro globais.

PRINCIPAIS EVENTOS

CRIAÇÃO DA CATEGORIA R E INCLUSÃO DE NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

Em março foi aprovada pela CMVM a criação de uma nova categoria de unidade de participação (Categoria R) e a inclusão do Bison Bank, S.A. e do Banco Invest, S.A. como novas entidades comercializadoras.

Em abril foi aprovada pela CMVM a inclusão do Banco de Investimento Global, S.A. como nova entidade comercializadora das unidades de participação da categoria R do fundo IMGA Ações Portugal.

Em dezembro foi autorizada pela CMVM a inclusão do BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, SA, como entidade comercializadora da Categoria R dos fundos de investimento mobiliário geridos pela IMGA.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em março, com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*), os Prospetos dos fundos foram alterados para incorporarem as menções ao risco em matéria de sustentabilidade.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2020.

Ao longo do ano de 2021 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes, bem como as alterações decorrentes das alterações do Órgãos Sociais da IMGA.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 30 de abril e 31 de agosto foram publicados no sítio da CMVM, respetivamente, os Relatórios e Contas dos fundos IMGA anuais e semestrais.

IMGA MONEY MARKET USD – ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A 29 de janeiro foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Money Market USD por forma a incorporar na sua política de investimento a possibilidade, já prevista na lei, de o Fundo poder investir até 100% em ativos emitidos ou garantidos numa única entidade, designadamente até 100% dos seus ativos em instrumentos de mercado monetário emitidos ou garantidos por governos soberanos de Estados-Membro da OCDE, entidades supranacionais, e organizações supranacionais onde os Estados Unidos ou pelo menos um Estado-Membro da União Europeia participe.

IMGA LIQUIDEZ – ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Em maio foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Liquidez, possibilitando o investimento em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do VLGF.

IMGA RETORNO GLOBAL – ALTERAÇÃO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DENOMINAÇÃO

Em dezembro foram aprovadas pela CMVM as alterações propostas para o fundo IMGA Retorno Global, nomeadamente a alteração da denominação para IMGA Alocação Defensiva e alteração da sua política de investimentos.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

No primeiro semestre do ano foram registados pela CMVM quatro novos Fundos de Capital de Risco da Sociedade estando em fase de preparação a sua constituição.

FUNDOS PME

Foi aprovada pela CMVM a constituição de dois novos fundos - IMGA PME Flex (OIAVM) e IMGA PME Invest (FCR) - destinados ao investimento no segmento PME.

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Foram aprovados pela CMVM os novos Órgãos Sociais (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) da IMGA para o mandato 2021/2023.

DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES

A categoria de fundos de investimento de obrigações registou um crescimento residual dos ativos sob gestão em 2021, quando comparado com as restantes classes.

A variação anual nesta categoria cifrou-se nos €130M, tendo sido a categoria com menor crescimento (5,9%), elevando o montante final de 2021 para os €2,3B ou 11,7% do total dos fundos de investimento mobiliários portugueses.

As *yields* globais terminaram o ano geralmente mais altas e mais acentuadas do que no início. As taxas de juros do Tesouro dos EUA, por exemplo, subiram em toda a linha, com aumentos maiores ao longo das porções intermédias da curva. As obrigações de longo prazo apresentaram geralmente um desempenho inferior às obrigações de curto prazo, com os *Treasuries* a regressarem a 1,7%.

Na IMGA, o efeito de mercado negativo em €3,4M, acrescido de subscrições líquidas de €26,6M, elevou o valor dos ativos sob gestão deste segmento em final de 2021 para €591M, o que representa 13,7% do valor dos ativos sob gestão da Sociedade e um decréscimo relativo face aos 17,7% registados em 2020.

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	-0,21%	0,40%	1	0,72%	1,62%	2	0,07%	1,32%	2
CA RENDIMENTO	-0,43%	0,54%	2	0,63%	2,23%	3	0,06%	1,81%	2
IMGA RENDIMENTO MAIS	-0,32%	1,30%	2	1,03%	3,15%	3	0,47%	2,53%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	-1,53%	1,59%	2	1,36%	4,64%	3	-	-	-
IMGA RETORNO GLOBAL	-0,54%	1,50%	2	2,02%	4,92%	3	0,81%	3,89%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	-0,27%	0,76%	2	0,99%	2,47%	3	0,33%	1,97%	2
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-4,42%	2,68%	3	1,88%	3,98%	3	0,73%	3,27%	3

Fonte: APFIPP a 31 de dezembro 2021

INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

O Fundo IMGA Retorno Global registou um desempenho absoluto negativo no ano de 2021, que ainda assim comparou de forma relativamente favorável com estratégias de tipologia semelhante, designadamente num binómio risco-retorno.

O ano ficou marcado por desempenhos bastante favoráveis dos ativos de risco, com destaque para fortes estreitamentos dos *spreads* de crédito, particularmente nos segmentos de maior risco, para mínimos pré-pandémicos e em alguns segmentos para os níveis mais reduzidos desde os primeiros meses de 2018.

O desempenho macroeconómico mais forte do que o antecipado, o otimismo proporcionado pela progressão na vacinação e a forte escalada da inflação à escala global contribuíram para uma forte subida das expetativas inflacionistas e consequentemente das *yields* nominais, em particular dos *treasuries*.

Deste modo, embora os desvios ativos no posicionamento do Fundo tenham privilegiado a exposição a segmentos de maior risco, a trajetória ascendente das taxas de juro significou uma rendibilidade negativa para o Fundo no cômputo anual. Esta decorreu de retornos negativos nos segmentos revestidos de melhor qualidade creditícia, como sejam a dívida governamental e a dívida empresarial com *rating* de investimento. Em oposição, os segmentos de crédito com *rating* especulativo europeu e dos EUA e a dívida subordinada apresentaram rendibilidades positivas, beneficiados por *yields* subjacentes mais atrativas e pelos estreitamentos de *spreads* ocorridos.

A subida das taxas de juro dos EUA e a valorização do dólar norte-americano, aliadas aos riscos macroeconómicos das economias emergentes, mais vulneráveis à pandemia devido ao menor avanço na vacinação, e impactadas pela política económica e regulamentar mais restritiva da China, estiveram na origem de rendibilidades negativas da dívida de mercados emergentes, quer de emittentes soberanos, quer de emittentes empresariais.

A subida das expetativas inflacionistas permitiu a valorização da dívida indexada à inflação, quer nos EUA quer na Europa.

A exposição a fundos de retorno absoluto serviu o propósito de fonte diversificada de alfa, tendo contribuído positivamente para a rendibilidade do Fundo no ano, determinada principalmente pelo valor acrescentado das estratégias *long-short* ações.

O posicionamento do Fundo ao longo de 2021 foi predominantemente *risk-on*, determinado pelo objetivo de beneficiar simultaneamente do suporte dos bancos centrais, da melhoria dos fundamentais no segmento de crédito e da captação de *carry*.

O risco de taxa de juro do Fundo foi gerido de forma dinâmica, servindo o propósito principal de diversificação e de mitigação de riscos, visando o equilíbrio do seu perfil de risco agregado. Face à expetativa de subida das taxas de juro sem risco, foi implementada uma cobertura do risco de taxa de juro europeu e dos EUA, o que contribuiu positivamente para a performance do Fundo. A exposição a taxa de juro dos EUA evoluiu significativamente abaixo do nível de referência, em particular no segundo semestre de 2021, reflexo do superior desempenho desta economia e do nível da inflação, tendo em perspetiva uma potencial retórica mais agressiva da Reserva Federal (Fed).

A visão desfavorável para a dívida governamental em detrimento das obrigações corporativas, com algum enviesamento para dívida de *rating* especulativo foi mantida ao longo do ano, em virtude de fatores técnicos

e fundamentais favoráveis ao segmento de crédito. Por outro lado, foram intermediamente realizadas mais-valias em alguns sub-segmentos, em virtude da compressão dos respetivos prémios de risco e da gestão do perfil de risco do Fundo ao longo do período em análise.

Embora a aposta na dívida de mercados emergentes se tenha mantido ao longo de 2021, também aqui ocorreu uma rotação para dívida empresarial, que historicamente apresenta um perfil de risco-retorno mais benéfico e uma menor vulnerabilidade a ambientes de subida das taxas de juro. Não obstante, o ambiente regulamentar mais restrito e o arrefecimento do setor imobiliário da China significaram um ambiente desfavorável para o segmento, resultante em alargamentos de *spread* e em rendibilidades negativas no quarto trimestre.

O investimento na classe de fundos alternativos foi igualmente ajustado ao longo do semestre, tendo por base a realização de mais valias e as perspetivas para as subclasses.

A gestão do risco cambial privilegiou a exposição ao dólar norte-americano, numa ótica de gestão de risco agregado do portfólio.

Nota ainda para conservação de um *buffer* de liquidez consentâneo com a gestão do perfil de risco do Fundo e com o aproveitamento de oportunidades de investimento, quer em colocações de dívida em mercado primário quer para explorar potenciais deslocações súbitas das valorizações.

Em termos estruturais, a filosofia de investimento do Fundo permaneceu inalterada, visando principalmente um acréscimo de valor *top-down*. A estratégia fundamental continuou a privilegiar três pilares principais: (1) a exposição maioritária a emitentes de elevada qualidade creditícia, de diferentes geografias, quer soberanos quer empresas, que conferem estabilidade ao Fundo; (2) um segmento de rendimento, que visa o investimento em subclasses com maior perfil de rendibilidade potencial, como seja a exposição a dívida de notação financeira “*high yield*” e a dívida de mercados emergentes; e (3) a exposição a estratégias de retorno absoluto com potencial diversificador.

O Fundo IMGA Retorno Global apresentou em dezembro de 2021 uma rendibilidade a 1 ano de -0,5%, tendo atingido um valor líquido global de €15,7M, um crescimento de 8,8% face aos €14,4M de dezembro de 2020.

Desde o início do ano, o Fundo registou vendas líquidas positivas de €1,4M, com subscrições de €4,6M e resgates de €3,2M.

Em 2021 foi constituída a Categoria R do Fundo, a qual ainda não registou um ano completo desde a sua constituição pelo que não apresenta rendibilidade neste período. Não foram ainda expressivas as vendas líquidas nesta Categoria.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2021			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2021
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	257.751	131.479	3
Administradores independentes	15.000	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	15.750	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.765.031	214.975	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €10.332 pelos serviços durante o ano de 2021.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €25.830.

Em 2021 foi ainda pago o montante de €65.665 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

ERROS DE VALORIZAÇÃO

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2021, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo acima do valor definido no n.º 1 do art.º 41.º do Regulamento 2/2015 da CMVM, republicado pelo Regulamento 3/2020, não se tendo registado qualquer pagamento de indemnizações a participantes, sem prejuízo da devida compensação efetuada pela Sociedade Gestora ao Organismo de Investimento Coletivo.

EVENTOS SUBSEQUENTES

IMGA RETORNO GLOBAL – ALTERAÇÃO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DENOMINAÇÃO

As alterações da política de investimento e da denominação do Fundo, de IMGA Retorno Global – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto para IMGA Alocação Defensiva – Fundo de investimento Mobiliário Aberto, tornaram-se efetivas a 25 de janeiro de 2022.

OUTRAS INFORMAÇÕES

À data de conclusão deste relatório em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração está a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade.

NOTAS INFORMATIVAS

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Retorno Global

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 24 de julho de 2007

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2021: 15.652 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rendibilidade	3,6%	2,1%	0,6%	-0,4%	2,8%	1,1%	-3,0%	4,0%	2,7%	-0,5%
Risco (nível)	1	1	1	1	3	2	2	2	4	2

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de instrumentos financeiros procurando maximizar a sua rendibilidade através de uma gestão flexível.

O Fundo procurará uma diversificação ao nível das aplicações financeiras em que pode investir por forma a assegurar uma adequada repartição dos riscos.

O Fundo investirá em ativos cotados nos mercados da OCDE com exceção dos títulos representativos de OICe depósitos bancários.

O Fundo poderá investir em ações, obrigações, certificados, ETF's, Unidades de participação de outros Fundos, depósitos bancários, instrumentos financeiros derivados bem como em outros instrumentos do mercado monetário definidos no Prospeto.

O Fundo prosseguirá uma estratégia de investimento que privilegia a diversificação dos investimentos entre instrumentos financeiros de rendimento fixo e variável e a gestão ativa da repartição por classe de ativos, em função das condições de mercado e da correlação entre a evolução do valor de mercado dos valores mobiliários que integram a carteira do Fundo, com vista a controlar e reduzir o risco do investimento e a maximizar a valorização do património do Fundo.

O Fundo tem uma política de investimento flexível, podendo o peso de qualquer dos tipos de instrumentos financeiros acima referidos variar sem outros limites para além dos constantes do prospeto do Fundo, sem limites mínimos e máximos por classes de ativos, cabendo à sociedade gestora determinar em cada momento, em função das condições de mercado, a composição do património mais adequada à prossecução do objetivo do Fundo e ao seu perfil de risco.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Nº UP's em circulação	1 823,1182	1 801,8864	2 073,4442	2 218,8215	2 427,5255
Valor Unitário UP (Euros)	6 259,3489	6 072,2796	6 312,3907	6 482,4599	6 447,5857

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2021		2020		2019		2018	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	345	0,9	497	0,6	529	0,5	2 144	0,8
Mercados União Europeia	Irlanda								
	França	538		415		272		458	
	Luxemburgo	10 165		9 167		8 404		3 497	
	Espanha	54		57				636	
	Irlanda	809		604		406		685	
	Itália	1 459		791		1 248		750	
	Países Baixos							94	
	Grécia	604		637		528		494	
	sub-total	13 629	0,4	11 670	0,8	10 858	1,4	6 614	1,4
Outros Mercados	EUA	489		875		640		1 121	
	Reino Unido	323		490		117		193	
	sub-total	812	0,0	1365	0,0	757	0,1	1314	0,9
	Total	14 786	1,3	13 532	1,4	12 144	2,0	10 072	3,1

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2021	
Valores mobiliários	14 786 384,59
Saldos bancários	676 789,82
Outros ativos	298 291,69
Total dos ativos	15 761 466,10
Passivos	109 787,46
Valor Líquido de Inventário	15 651 678,64

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	339 461	5 626	187	344 900	1 522	346 422	2%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	2 180 779	1 195	64 349	2 117 625	14 569	2 132 194	14%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	12 034 235	353 982	64 357	12 323 859	-	12 323 859	83%
TOTAL	14 554 475	360 803	128 894	14 786 385	16 090	14 802 475	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	9 718
Outros rendimentos	39 222
As mais-valias de investimentos	1 386 538
Custos	
Custos de gestão	(77 601)
Custos de depósito	(7 760)
Outros encargos, taxas e impostos	(18 148)
As menos-valias de investimentos	(1 415 278)
Custos de negociação	(2 160)
Lucro líquido	(85 470)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	4 560 820
Resgates	(3 207 093)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

IMGA RETORNO GLOBAL CAT A		
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2019	13 088 390	6312,3907
31.12.2020	14 383 421	6482,4599
31.12.2021	15 651 679	6447,5857

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	(Valores em Euro)				
	31.12.2020	Compras	Vendas	+/- Valias realizadas	31.12.2021
Operações Cambiais	249 460	2 008	-	552	251 468
Operações Sobre Taxas de Juro	(877 046)	(2 109 942)	-	37 967	(2 986 987)
Operações Sobre Cotações				(1 786)	

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	31.12.21	31.12.20	Código	Designação	31.12.21	31.12.20
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros	251 468	249 460	915	Futuros		
	<i>Total</i>	<u>251 468</u>	<u>249 460</u>		<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros		301 525	925	Futuros	2 986 987	1 178 571
	<i>Total</i>		<u>301 525</u>		<i>Total</i>	<u>2 986 987</u>	<u>1 178 571</u>
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	<u>251 468</u>	<u>550 985</u>		<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	<u>2 986 987</u>	<u>1 178 571</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>2 986 987</u>	<u>1 178 571</u>	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>(251 468)</u>	<u>550 985</u>

Demonstração dos Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.21	31.12.20			31.12.21	31.12.20
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
711+718	Juros e Custos Equiparados		12	812+813	Juros e Proveitos Equiparados	39 222	39 181
719	De Operações Correntes			811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		12
	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Correntes		
	Comissões e Taxas				De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 160	1 767		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	87 834	78 025	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	9 718	11 221
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	332 547	254 465	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	193 111	681 174
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 082 732	1 280 025	839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 193 427	1 186 412
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	11 370	10 018	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 305				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>1 520 947</u>	<u>1 628 617</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	0	0
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>0</u>	<u>0</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)		289 383	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	85 470	
	TOTAL	<u>1 520 947</u>	<u>1 918 000</u>		TOTAL	<u>1 520 947</u>	<u>1 918 000</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(92 657)	475 344	F - E	Resultados Eventuais	0	0
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	110 695	(93 613)	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(74 100)	299 401
B-A	Resultados Correntes	(85 470)	289 383	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(85 470)	289 383

Demonstração dos fluxos monetários

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-21		31-dez-20	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		4.560.820	4.560.820	4.942.766
Subscrição de unidades de participação	4.560.820		4.942.766	
...				
PAGAMENTOS:		3.185.446	3.185.446	3.940.594
Resgates de unidades de participação	3.185.446		3.940.594	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		1.375.373		1.002.172
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		6.641.256	6.641.256	10.735.352
Venda de títulos e outros ativos	2.014.807		3.670.889	
Reembolso de títulos e outros ativos	0		0	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	4.572.581		7.007.593	
Rendimento de títulos e outros ativos	9.718		11.221	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	44.150		45.649	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		7.932.782	7.932.782	11.904.258
Compra de títulos e outros ativos	2.734.544		3.679.548	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	5.195.846		8.222.790	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	1.303		1.546	
Outras taxas e comissões	857		221	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	232		153	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(1.291.526)		(1.168.906)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		2.168.675	2.168.675	2.721.365
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	105.673		449.750	
Operações de taxa de juro	1.012.728		719.870	
Operações sobre cotações	462		0	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	363.690		446.747	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	686.121		1.104.998	
PAGAMENTOS:		2.173.197	2.173.197	2.869.080
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	105.121		390.636	
Operações de taxa de juro	974.761		804.502	
Operações sobre cotações	2.248		0	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	417.529		453.807	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	673.538		1.220.135	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(4.523)		(147.715)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-21		31-dez-20	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		12
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	0		12	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		98.135		87.040
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	0		13	
Comissão de gestão	80.068		71.024	
Comissão de depósito	8.007		7.102	
Taxa de supervisão	2.293		2.076	
Impostos e taxas	7.766		6.824	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	0		0	
Fluxo das operações de gestão corrente		(98.135)		(87.027)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	0		0	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(18.810)		(401.476)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		695.600		1.097.076
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		676.790		695.600

Anexo às demonstrações financeiras

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Retorno Global – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 19 de julho de 2007, tendo iniciado a sua atividade em 24 de julho de 2007. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em obrigações à escala global, prevenindo adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos. Para o efeito, investe, maioritariamente, em obrigações, de forma direta ou indireta, exceto em situações em que a gestão do Fundo entenda ser adequado o investimento em ativos de menor risco, nomeadamente o investimento em depósitos ou em outros instrumentos do mercado monetário.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC é de cinco mil euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição, é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)						
	31.12.2020	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31.12.2021
Valor base	11 094 108	3 519 110	(2 475 590)				12 137 628
Diferença p/Valor Base	(1 764 343)	1 041 710	(731 503)				(1 454 136)
Resultados acumulados	4 764 273				289 383		5 053 656
Resultados do período	289 383				(289 383)	(85 470)	(85 470)
SOMA	13 088 390	4 560 820	(3 207 093)	-	-	(85 470)	15 651 678
Nº de Unidades participação	2 219	704	(495)				2 428
Valor Unidade participação	6.482,4599	6.480,0755	6.477,4312				6.479,9507

Em 31 de dezembro de 2021 existiam 3 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2021	31-12-21	6 447.5857	15 651 679	2 428
	30-09-21	6 496.1456	16 030 515	2 468
	30-06-21	6 479.9507	15 558 282	2 401
	31-03-21	6 443.7850	15 284 880	2 372
Ano 2020	31-12-20	6 482.4599	14 383 421	2 219
	30-09-20	6 333.0481	14 077 361	2 223
	30-06-20	6 221.1178	13 727 818	2 207
	31-03-20	5 916.0285	13 248 203	2 239
Ano 2019	31-12-19	6 312.3907	13 088 390	2 073
	30-09-19	6 345.1120	10 628 523	1 675
	30-06-19	6 255.0266	9 988 228	1 597
	31-03-19	6 131.0770	10 859 468	1 771

Em 31 de dezembro de 2021, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	1
0.5% ≤ UPs < 2%	29
UPs < 0.5%	922
TOTAL	952

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2021, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	2 402 167	-	1 870 336	-	4 272 503	-
Obrigações Diversas	332 377	-	144 460	-	476 837	-
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	5 273 874	-	4 657 700	-	9 931 574	-
Total	8 008 418	-	6 672 495	-	14 680 914	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)		
Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	4 560 820	-
Resgates	3 207 093	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública				-		
PGB 0.475% 18/10/30	197 604	5 626	-	203 230	193	203 423
PGB 1.95% 15/06/29	141 857	-	(187)	141 670	1 329	142 999
	339 461	5 626	(187)	344 900	1 522	346 422
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BTPS 0.6% 01/08/31	314 531	-	(15 446)	299 085	785	299 870
BTPS 0.85 15/01/27	172 137	1 195	-	173 332	669	174 001
BTPS 0.95% 01/03/37	162 542	-	(10 329)	152 213	520	152 732
BTPS 1.65% 01/12/30	99 554	-	(4 865)	94 689	122	94 811
BTPS 2.8% 01/12/28	348 057	-	(5 907)	342 150	690	342 840
BTPS 3.% 01/08/29	182 448	-	(8 268)	174 180	1 874	176 054
BTPS 4.75% 01/09/28	230 312	-	(7 082)	223 230	2 778	226 008
GGB 2% 22/04/27	379 760	-	(8 197)	371 563	4 824	376 387
Hellenic Republic 1.875% 23/07/26	236 826	-	(4 097)	232 729	1 820	234 549
SPGB 1.45% 30/04/29	54 614	-	(160)	54 455	487	54 941
	2 180 779	1 195	(64 349)	2 117 625	14 569	2 132 194
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	332 101	59 802	-	391 903	-	391 903
AXA World Funds US High Yield Bonds	76 937	1 088	-	78 026	-	78 026
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	141 377	9 167	-	150 544	-	150 544
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	306 035	9 781	-	315 816	-	315 816
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	159 652	3 868	-	163 520	-	163 520
BGF-US Dollar Core BD - 12 EURH	234 620	5 108	-	239 728	-	239 728
BGF-USD HIGH YLD BD HED-ED2	77 411	1 261	-	78 672	-	78 672
BNY Mellon Emerging Markets Corporate Dbt Fund	314 537	14 789	-	329 326	-	329 326
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	175 855	1 179	-	177 034	-	177 034
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	1 371 345	-	(8 936)	1 362 409	-	1 362 409
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	395 877	33 778	-	429 655	-	429 655
DPAM L-Bonds EUR Corporate High Yield	204 473	17 578	-	222 051	-	222 051
European Specialist Investment funds M&G European	1 378 899	12 187	-	1 391 086	-	1 391 086
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	147 514	717	-	148 231	-	148 231
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	260 948	8 102	-	269 051	-	269 051
JPMorgan Investment Funds - US Bond Fund	233 685	11 909	(4 439)	241 156	-	241 156
Janus Henderson HRZN EUR HY BO-I2EUR	242 504	502	-	243 006	-	243 006
LFP - La Francaise Sub Debt C EUR ACC	491 382	46 278	-	537 660	-	537 660
LYXOR EPSILON GLOBAL TR-IE	231 119	6 857	-	237 977	-	237 977
Lemanik SICAV-GLOB STR-I EUR	167 851	-	(26 469)	141 382	-	141 382
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	1 345 540	37 150	-	1 382 689	-	1 382 689
NN L-Euro Credit -IC	1 329 514	29 847	-	1 359 361	-	1 359 361
NORDEA 1 EUR HGH YLD-BI-EUR	210 275	8 520	-	218 796	-	218 796
Natixis International Funds Lux I-Loomis Sayles Short Term Er	560 150	-	(5 733)	554 417	-	554 417
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	88 340	748	-	89 088	-	89 088
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	572 317	-	(4 257)	568 060	-	568 060
Schroder Intl Eur GV BD C AC	177 765	536	-	178 301	-	178 301
T.Rowe Price-US Aggreg. Bond (IH)	235 064	4 765	-	239 829	-	239 829
Vanguard-Euro IN LK IND-IN - UCITS	147 886	15 614	-	163 500	-	163 500
	11 610 973	341 134	(49 833)	11 902 274	-	11 902 274

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
OIC domiciliados E. não membro UE						
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	174.028	-	(1.811)	172.217	-	172.217
Ishares \$ TIPS UCITS ETF	83.050	9.582	-	92.632	-	92.632
Ishares JPM EM LCL GOV BND	166.184	3.266	(12.713)	156.736	-	156.736
	423.262	12.848	(14.524)	421.586	-	421.586
TOTAL	14.554.475	360.803	(128.894)	14.786.385	16.090	14.802.475

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	-	9 231	9 231	23 131	16 090	-	39 222
Unidades de participação	135 758	48 122	183 880	-	-	9 718	9 718
Depósitos	-	-	-	(26)	26	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	74 564	74 564	-	-	-	-
Futuros de moeda	-	105 673	105 673	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	1 012 728	1 012 728	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	462	462	-	-	-	-
TOTAL	135 758	1 250 780	1 386 538	23 106	16 116	9 718	48 939

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	94 262	7 768	102 031	-	-	-
Unidades de participação	164 050	66 466	230 516	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	601	601	-	-	-
Futuros de moeda	-	105 121	105 121	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	974 761	974 761	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	2 248	2 248	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	70 662	6 939	77 601
de Depósito	-	-	-	7 066	694	7 760
de Supervisão	-	-	-	1 864	377	2 240
de Carteira de títulos	-	-	-	2 160	-	2 160
Outras	-	-	-	233	-	233
TOTAL	258 313	1 156 966	1 415 278	81 984	8 010	89 994

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2021 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2021	31.12.2020
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	11 370	10 018
	11 370	10 018
TOTAL	11 370	10 018

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2021, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
GBP	45 324	-	-	-	-	-	45 324
USD	1 010 995	-	284 813	-	-	284 813	1 295 808
Contravalor Euro	946 571	-	251 468	-	-	251 468	1 198 039

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	(2 986 987)	-	(2 986 987)
de 3 a 5 anos	234 549	-	-	-	-	234 549
de 5 a 7 anos	1 119 237	-	-	-	-	1 119 237
mais de 7 anos	1 124 829	-	-	-	-	1 124 829

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Unidades de participação	12 323 859	-	-	12 323 859

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	80.705	0,52%
Comissão de Depósito	8.070	0,05%
Taxa de Supervisão	2.240	0,01%
Custos de Auditoria	4.305	0,03%
Encargos outros OIC	68.786	0,44%
Outros Custos Correntes	8.966	0,06%
TOTAL	173.072	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1,12%

(1) Média relativa ao período de referência

16. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

Relatório de Auditoria

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Retorno Global - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 15 761 466 euros e um total de capital do OIC de 15 651 679 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 85 470 euros), a Demonstração dos resultados, e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Retorno Global - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 31 de dezembro de 2021, cerca de 94% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido no parágrafo “Regras de valorimetria” apresentado no relatório de gestão e na alínea b) da nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p> <p>O valor dos ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos do OIC, por referência a 31 de dezembro de 2021, não se encontra influenciado pelos potenciais efeitos que o atual conflito na Ucrânia venha a ter na economia mundial e por consequência no futuro justo valor dos ativos em carteira, sendo este considerado um evento não ajustável.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a determinação das metodologias aplicadas e fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 10 de maio de 2016 para completar o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre os anos de 2018 e 2020. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 30 de junho de 2021 para um novo mandato compreendido entre os anos de 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Entidade gestora do OIC confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA

mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 29 de abril de 2022;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, se aplicável durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, fomos contratados para prestar ao OIC o seguinte serviço permitido por lei e regulamentos em vigor.
 - Trabalho de revisão com vista à emissão de parecer independente sobre a conformidade do cálculo da Taxa de Encargos Correntes realizado pela Entidade Gestora com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 69º do Regulamento n.º 2/2015 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (repblicado pelo Regulamento da CMVM n.º3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020).

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, (repblicado pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2020, de 7 de julho, pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 72/2021, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 109-F/2021, de 9 de dezembro e pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro), devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

mazars

- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564 e registado na
CMVM com nº 20160225)